

BREVE AVALIAÇÃO DO PERFIL DA AGRICULTURA E DO PAA EM GUAJARÁ-MIRIM/RO: uma cidade cercada de Unidades de Conservação em plena Floresta Amazônica

Juliana Cristina Ribeiro da Silva¹

Resumo

O texto discute a questão da agricultura, uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Guajará-Mirim, localizado no estado de Rondônia, uma cidade cercada de unidades de conservação, com uma área de 24.856 km², onde 92,48% estão regulamentadas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas de Preservação, apenas 7,52% da área do município, que totaliza aproximadamente 179.900 hectares estão destinadas para o uso alternativo do solo, e, portanto, destinadas às atividades agropecuárias. A metodologia constou de entrevistas com os agricultores e coleta de dados na Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER). Por questões burocráticas ou falta de interesse do poder público, o PAA só foi implantado no município oito anos após sua criação.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PAA e Unidades de Conservação

Resumen

El texto discute la cuestión de la agricultura, una evaluación del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en Guajará-Mirim, ubicado en el estado de Rondônia, una ciudad rodeada de unidades de conservación, con un área de 24.856 km², donde el 92,48% Están reguladas como Unidades de Conservación, Tierras Indígenas y Áreas de Preservación, sólo el 7,52% del área del municipio, que totaliza aproximadamente 179.900 hectáreas están destinadas para el uso alternativo del suelo, y por lo tanto destinadas a las actividades agropecuarias. La metodología constó de entrevistas con los agricultores y colecta de datos en la Asociación de Asistencia Técnica y Extensión Rural del Estado de Rondônia (EMATER). Por cuestiones burocráticas o falta de interés del poder público, el PAA sólo fue implantado en el municipio ocho años después de su creación.

Palabras-Clave: Agricultura Familiar, PAA y Unidades de Conservación.

Introdução

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos foi criado a partir do artigo 19 da Lei nº. 10.696, regulamentado pelo Decreto nº. 5.873, é uma das ações do Programa Fome Zero.

A agricultura sempre foi a base da economia de nosso país. Para se trabalhar a terra, preparar o solo e plantar, faz-se necessário ter fé para que chova e que a chuva seja na época certa, na quantidade certa, para então colher e o ciclo se repete. Brandão (1981), em relação ao papel do agricultor, elucida-nos que:

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, professora da rede pública e privada de Mato Grosso do Sul, jujugeografando@gmial.com

“Entre as muitas e complexas atividades e relações da produção direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circular tipos de ‘mantimentos’ e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo”, (BRANDÃO, 1981)

Sobre a agricultura e o papel do agricultor, Rossini (2009) argumenta que:

“Nos primórdios da existência humana o homem retirava da natureza apenas o que necessitava para a sua sobrevivência, submetendo-a e adaptando-se a ela. À medida que evoluiu, técnica e cientificamente, o homem foi atingindo novos estágios – isto é, além de coletor passou a sobreviver também da caça e da pesca. É a partir desse momento que vai começar, graças ao seu trabalho transformador, a modificar-se as relações entre ele e a natureza”, (ROSSINI, 2009)

Carlos (1979) *apud* Rossini (2009) argumenta que “o trabalho é planejado *a priori* e socialmente executado, de modo a tornar o meio circundante adequado às exigências da sociedade que nele habita num determinado momento histórico”. Sabendo-se que muitos agricultores “nasceram com a mão na enxada” como eles mesmos nos disseram em entrevistas, o PAA é visto por muitos como uma opção para que continuem sobrevivendo no campo e do campo.

O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, é uma das ações mais emocionantes e emblemáticas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por meio do PAA, os produtos são comprados pelo Governo e doados a quem mais precisa de alimentos de qualidade ou seguem para estocagem e assim permite aos produtores receber um preço justo, garantindo valor e gerando renda, evitando a ação exploratória de atravessadores mal intencionados. É assim, distribuindo alimentos e regulando o mercado, que o PAA vai promovendo inclusão produtiva, mudando para melhor a vida de inúmeras famílias de agricultores.

Para a implantação do Programa, a organização de agricultores do município teve de submeter uma Proposta de Participação à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB mais próxima ou à Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário em seu estado, no nosso caso, o estado de Rondônia. Esta proposta define qual será o produto a ser estocado, o prazo para a formação de estoque, quais produtos serão adquiridos, seus respectivos preços e quem são os agricultores familiares beneficiados. Aprovada a proposta de participação, a organização emite a Cédula de Produtor Rural - CPR e a CONAB disponibiliza recursos financeiros para que a organização inicie o processo de aquisição de alimentos dos agricultores familiares. A CPR tem um prazo de até 12 meses, quando a organização efetua o pagamento do valor repassado, acrescido encargo de 3%. Produtos: produtos alimentícios,

oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, não podendo ser de safra anterior ao do período de contratação.

Embora o programa tenha sido criado em 2003, somente em 2011 foi implantado em Guajará-Mirim. O município está localizado a aproximadamente 332 quilômetros de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, Guajará-Mirim, conhecida como “Pérola do Mamoré” (rio que banha a cidade, formado a partir da junção do rio Pacaás Novos e Guaporé, afluente do rio Madeira), possui 41.646 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010 e dois distritos: Iata e Surpresa. Situa-se na porção oeste do estado, na Amazônia Oriental e segundo Ross (2001), localiza-se na planície e planalto do Guaporé e de acordo com a classificação do IBGE, pertence a região oeste, segundo a divisão político-administrativa. Possui uma área de 24.856 km², localizado à margem direita do rio Mamoré, fazendo divisa com a cidade de Guayaramerín, Bolívia. É o município do estado que possui o maior número de Unidades de Conservação.

Criado em 1928, através da Lei n.º. 991, representa 14,81% percentual da área sobre o estado. O início da ocupação da região, segundo Teixeira e Fonseca (2003) se deu com o primeiro ciclo da borracha no final do século XX e consolidou-se com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, acordado no Tratado de Petrópolis firmado entre Brasil e Bolívia, cujo intento era ligar as localidades de Santo Antônio, no rio Mamoré, para o escoamento dos produtos bolivianos.

A partir do primeiro ciclo econômico, o município, calcado na exploração e no beneficiamento da borracha e castanha, manteve um papel destacado no contexto regional, situação que se manteve ativa até o final da década de 80, quando as indústrias foram desativadas. O município entrou num processo de recessão, pois não conseguiu deslanchar sua agropecuária, que era o novo ciclo econômico reinante no estado, Teixeira e Fonseca, 2003.

Com uma área de 24.856 km², 92,48% estão regulamentadas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas de Preservação, conforme tabela 01 Permanente. Apenas 7,52% da área do município, que totaliza aproximadamente 179.900 hectares estão destinadas para o uso alternativo do solo, e, portanto, destinadas às atividades agropecuárias, segundo dados da EMATER/RO *apud* Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim – RO, 2008.

Dentre as Unidades de Conservação, as reservas extrativistas ocupam uma área de aproximadamente 750.000 hectares, estas que, atendendo aos procedimentos legais, são áreas

passíveis de serem utilizadas para produção econômica, servindo de base para a implantação de indústrias de transformação de produtos da floresta, madeireiro e não-madeireiro.

A produção agrícola é constituída basicamente de mandioca, farinha, banana, abacaxi, arroz, milho e feijão, destinados ao consumo interno do município. Contudo, sabe-se que essa produção é insuficiente para abastecer o município.

Tabela 01
 Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Categoria	Km ²	Área em hectares	Percentual*
Reservas Indígenas	10.333,33	1.033.333	41,57
Reservas Extrativistas	7.527,20	752.720	30,28
Reservas Biológicas	817,00	81.700	3,29
Parques	4.308,95	430.895	17,34
Total	22.986,48	2.298.648	92,48

Fonte: SEDAM/RO, 2002

* Percentual sobre a área do município

Desenvolvimento

Desde o início do Programa, em nível de Brasil, foram adquiridos 929,496 mil toneladas de alimentos, comprados pelo Governo Federal de 350 mil agricultores familiares, sendo possível o atendimento de cerca de 15 mil entidades que atendem diretamente pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA está presente em aproximadamente 3,5 mil municípios brasileiros.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, bem como aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. O limite de aquisições é definido pelo Decreto que regulamenta o Programa. Atualmente, os agricultores em Guajará-Mirim têm uma cota de R\$ 4.500,00 para cada um. Como o município não possui uma agência da CONAB foi feita uma cotação de preços para se criar uma tabela de valores, nessa tabela, conforme características regionais, foram incluídos 18 itens, sendo, abacaxi fruto, banana maçã, banana prata, biscoito de polvilho, caju fruto, coco verde, farinha da mandioca, frango caipira, frango semi caipira,

limão rosa, limão taiti, mamão comum, mandioca raiz, maracujá fruto, maxixe, melancia, ovo caipira e pimenta de cheiro.

A estrutura fundiária do município, cercado de Unidades de Conservação, abrange uma área de aproximadamente 109.111 hectares. Segundo dados da EMATER, este total de hectares está dividido em 543 imóveis rurais, conforme tabela 02.

Sabendo que a maioria das propriedades rurais é de 10,1 a 100 hectares, uma alternativa está no PAA. Embora o programa tenha sido criado em 2003, somente em 2011 foi implantado em Guajará-Mirim. Segundo Emília Matias, assistente social da EMATER – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (entrevista concedida a nós no município de Guajará-Mirim em 29/07/2011), o absurdo atraso se deve à falta de organização por parte da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim para fazer o levantamento das entidades a serem beneficiadas e por parte dos próprios agricultores, como esses recursos tem prazos a serem cumpridos, os mesmos não eram viabilizados em tempo hábil.

Tabela 02
 Tamanho dos imóveis rurais

Faixas de tamanho	Número de imóveis	Área total em hectares
0 a 10 ha	17	17
10,1 a 100 ha	320	20.792
100,1 a 1000 ha	210	40.093
1.000 a 10.000 ha	5	11.855
Mais de 10.000 ha	1	36.354
Total	543	109.111

Fonte: EMATER/RO

Em Guajará-Mirim temos 17 agricultores hábeis a fornecerem produtos e 12 entidades beneficiadas. Nos três meses de funcionamento do PAA, os agricultores entregaram 4.639,4 kg de alimentos no mês de maio, primeiro mês de funcionamento do Programa; 4.742,6 kg no mês de junho e 4.905,15 kg no mês de julho, totalizando 14.287,2 kg de alimentos doados às entidades, o que representa um valor de R\$ 9.045,15 em maio, R\$ 9.281,10 em junho e 10.372,00 em julho, totalizando R\$ 28.698,25.

Os produtos são entregues às terças-feiras, pesados e distribuídos, conforme figura 01. A entrega é por conta dos produtores, estes se unem e dividem combustível com os agricultores que moram próximo, são trazidos para a cidade de moto, conforme figura 02 e também de bicicleta, conforme as condições do agricultor.

Várias instituições foram envolvidas na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. Além dos cinco Ministérios que compõem o Grupo Gestor, o PAA contou com parcerias que envolvem órgãos públicos estaduais, municipais e a sociedade organizada. No âmbito Federal, a execução do Programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O foco da ação do MDA está na formação de estoques governamentais, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio à formação de estoques de produtos pelas próprias organizações de agricultores familiares e apoio à comercialização. O foco do MDS está na compra de alimentos para doação às pessoas em situação de insegurança alimentar, atendidas pelas entidades da rede sócio assistencial. Em Guajará-Mirim são beneficiadas 12 entidades, como creches, APAE, abrigos, asilos, entre outras.



Figura 01
Produtos já separados para serem entregues às entidades
Foto: SILVA, J.C.R., 2011

Em relação às 12 entidades, são atendidas semanalmente pessoas de Zero a acima dos 65 anos, conforme podemos averiguar na tabela 03 abaixo, totalizando 1153 pessoas, sendo 486 homens e 667 mulheres.

Tabela 03
 Pessoas atendidas pelo PAA

Faixa etária	Quantidade de pessoas
0 a 6	292
7 a 14	301
15 a 23	249
24 a 65	144
Acima de 65	167

Fonte: EMATER/RO

Dos 17 agricultores que fornecem produtos agrícolas para o PAA, pudemos conversar com 10 deles nos dias referentes à entrega no escritório da EMATER em Guajará-Mirim. Pudemos verificar que há moradores do estado de São Paulo, Ceará, Minas Gerais e, claro, de Rondônia e não só deste município. Vários deles, quando questionado acerca do tempo de trabalho na roça, disseram “que já nasceu com as mãos na enxada”, segundo seu Francisco de 62 anos ou “desde que se entende por gente trabalha na roça”, segundo seu Antônio de 74 anos.



Figura 02
Produtos sendo entregues de moto
Foto: SILVA, J.C.R., 2011

Em relação ao que se produz basicamente a agricultura se concentra em hortifrutigranjeiros e mandioca ou macaxeira. Segundo dados da SEPLAM Guajará-Mirim, esses dados não são diferentes, pois os principais produtos agricultáveis levantados no Diagnóstico do Plano Diretor concentram-se basicamente em mandioca, arroz, café, milho, feijão e fruticultura em pequenas propriedades de até 100 hectares.

Levando-se em conta que o citado município tem uma área de 92,48% de Unidades de Conservação, acreditava-se que esse número alto poderia ser um empecilho para o desenvolvimento da agricultura no município, mas, segundo os próprios agricultores, esse dado não confere, para seu Ademir de 38 anos, poderia ter mais auxílio do Governo para a mecanização no preparo da terra, orientação do tipo de solo, maneiras adequadas de se plantar e acompanhamento técnico. Já seu Everaldo de 51 anos ressalta a uma questão pertinente com relação à produção, ou seja, “quanto mais se produz, o preço se torna mais baixo”.

Outro fator levantado pelos agricultores refere-se ao deslocamento da produção para a cidade, alguns trazem a mercadoria de veículo próprio como moto e bicicleta, como já citado, mas, uma grande maioria precisa pagar frete, o que acaba encarecendo o produto.

Com a implantação do PAA, mesmo estando em funcionamento a pouco tempo, para os agricultores é uma “benção”, pois assim podem continuar morando em seus “lotes”, fazendo a única coisa que sabem fazer e ganhando seu dinheirinho, conforme seu Iraci de 57 anos.

Considerações finais

Somos um país agrícola, toda nossa alimentação vem do campo e isso é fato. Rossini (1984) argumenta que há “uma diferenciação entre trabalho urbano e rural, estes não podem ser vistos separadamente, mas como um todo único, uma totalidade”. Muito se fala do êxodo rural, da mecanização do campo gerando a expulsão do trabalhador rural. Pudemos verificar que nesses três meses de funcionamento do PAA em Guajará-Mirim, os agricultores estão satisfeitos por terem um mercado certo para a venda de seus produtos. Esse entusiasmo reflete em planos para aumentar a produção para o próximo ano e expandirem suas vendas, já que cadastrados junto ao Estado podem emitir notas fiscais.

Existe uma visão distorcida do pequeno agricultor na Amazônia, de que a produção familiar está relacionada com a destruição do meio ambiente e de práticas de manejo agressivo aos recursos naturais, de fato, essa visão distorcida pode ser remediada através de assistência e orientação por parte do Poder Público.

O perfil dos agricultores em Guajará-Mirim concentra-se em pequenos agricultores, muitas vezes excluídos, com pouco conhecimento de seus direitos, com pouca instrução para trabalhar melhor a terra e dela extrair mais lucro, Mesquita (2008) classifica as ações das populações menos favorecidas como reprimidas e excluídas, onde a autora as classifica como “subversão da ordem, e os marginalizados são tidos como marginais”. A autora enfatiza ainda que esse estado muitas vezes é mais sério do que possamos imaginar, pois a mídia nem sempre veicula a verdade e há também o senso comum. Ressalta ainda que,

No fundo, entre outros problemas, está a questão agrária não resolvida. É a questão agrária no sentido mais amplo, que vai além da própria reforma agrária, o que seria parte da solução da questão; da questão agrária que diz respeito a terras de índios, dos posseiros, dos seringueiros, assim como às políticas agrícolas e agrárias, e até mesmo as ambientais, que acabam por privilegiar o latifúndio em detrimento de grande

parcela de trabalhadores que é excluída, inclusive, do acesso à terra de trabalho”, (MESQUITA, 2008).

Essa exclusão é vista nos pequenos agricultores em Guajará-Mirim, pois os fatores que os impedem de aumentar a produção e viverem da terra com uma condição mais digna são muitos, pois vivemos no país do latifúndio.

E o PAA vem justamente fazer uma inclusão. Durante o primeiro trimestre de funcionamento do Programa, foi entregue uma quantia de 14.287,2 quilos de alimentos, gerando uma renda de R\$ 28.698,25 para os agricultores. Em contra partida, 12 entidades foram beneficiadas, num total de 1.153 pessoas/mês.

Esses números poderiam ser bem mais expressivos se não fosse a ausência do Estado. A questão da baixa produtividade poderia ser amenizado se o Poder Público fosse mais atuante? Essa é uma reflexão que nos leva a um certo grau de perplexidade. O Governo seja ele na esfera Federal, Estadual e Municipal seria ideológico dando mais atenção aos grandes latifundiários desde o Brasil Colônia?

Há que se apoiar e privilegiar os pequenos produtores rurais proporcionando novas possibilidades de uma agricultura e do uso do território que propiciem condições para que o agricultor produza, venda e consiga se manter em suas terras, fazendo o que muitas vezes se resume a sua única opção.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 5873**, de 15 agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5873.htm>, acesso em 12/07/2011.

BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>, acesso em 12/07/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Cidades. IBGE: disponível em <http://ibge.gov.br/cidades>

MESQUITA, Helena Angélica de. **A luta pela terra no país do latifúndio**: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 3, n. 6, p. 109-124, ago. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM – RO (Prefeitura). **Diagnóstico do Plano Diretor Participativo de Guajará-Mirim**. Prefeitura Municipal, 2008.

Rondônia. **Atlas geoambiental de Rondônia**. Porto Velho, SEDAM, 2002.

ROSSINI, Rosa Ester. **Natureza e sociedade**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V03A25.pdf>>, acesso em 12/07/2011, 1984.

ROSSINI, Rosa Ester. **A produção do novo espaço rural**: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. A Geografia: da natureza à sociedade. In. **Geografia do Brasil**. 4^o ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2003.